

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

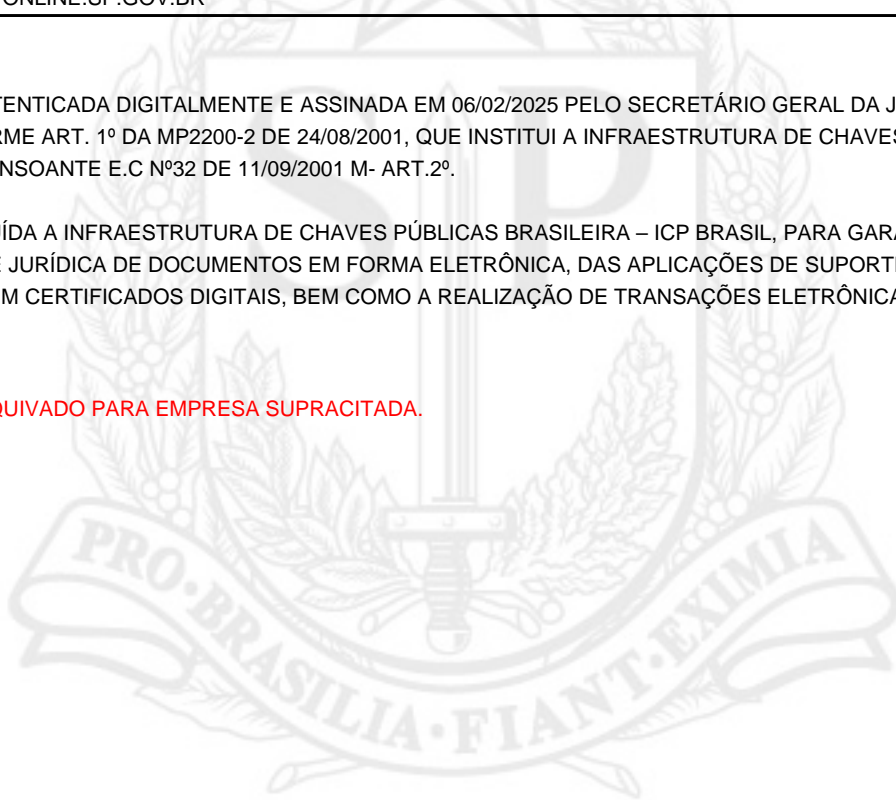
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL LOC X GESTAO DE IMOVEIS LTDA		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35229511286	CNPJ 23.455.267/0001-79	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.033.904/25-9	DATA DO ARQUIVAMENTO 04/02/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 06/02/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 02:51:23	CÓDIGO DE CONTROLE 256610778
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 06/02/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.




Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPN2533611195



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Alteração de Capital e QSA		
NOME EMPRESARIAL LOC X GESTAO DE IMOVEIS LTDA		PORTE Demais
LOGRADOURO AVENIDA AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGU		NÚMERO 939
COMPLEMENTO ANDAR 8	BAIRRO/DISTRITO TAMBORE	CEP 06460040
MUNICÍPIO BARUERI		UF SP
E-MAIL QUANTTUN@QUANTTUN.COM.BR		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 23455267000179	NIRE - SEDE 35229511286
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: PAULO HENRIQUE DA SILVA - Administrador DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 263,58 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

29/01/2025

Página 1 de 1



**16ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
LOC X GESTÃO DE IMÓVEIS LTDA**

CNPJ 23.455.267/0001-79

NIRE 3522951128-6

DFX PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A, inscrita no CNPJ 40.562.574/0001-78, devidamente registrada na Junta Comercial sob o Nire de nº 3130013633-7, com sede na Rua Andaluzita, 131, 11º andar, sala 19, bairro Carmo, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-030, representada por **MARCOS VINICIUS SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, corretor de imóveis, nascido em 11/10/1987, inscrito no CPF 065.467.556-29, portador da carteira de identidade nº 11.309.999, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Espírito Santo, 1.335, bairro Sidil, CEP 35.500-030 em Divinópolis/MG;

MARCELO TADEU POLIZELL, brasileiro, economista, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade nº 27249816-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF 249.593.548-60, residente e domiciliado na Av. Engenheiro Alberto de Zagottis nº 1199, apto 125, bairro Jardim Taquaral, CEP 04675-085, São Paulo/SP

Únicos sócios da **LOC X GESTÃO DE IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ 23.455.267/0001-79, registrada na JUCESP sob o NIRE nº 3522951128-6, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Torre I, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06.460-040, Barueri/SP;

Resolvem alterar o contrato social da sociedade com as seguintes cláusulas e condições:

I – INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS

1.1. Os sócios, por unanimidade, aprovaram o ingresso dos novos sócios

- a. **DOUGLAS DE ANDRADE**, brasileiro, gerente de tecnologia, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em Divinópolis/MG, portador da C.I. MG 17.044.819, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF 104.930.516-78, residente e domiciliado na Avenida Antônio Olímpio de Moraes 135, apto 601, Bairro São Sebastião, CEP 35.500-005, Divinópolis/MG
- b. **DDX S/A**, inscrita no CNPJ 58.545.417/0001-10, devidamente registrada na Junta Comercial sob o Nire de nº 31300170730, com sede na Rua Andaluzita, 131, 11º andar, sala 177, bairro Carmo, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-030, representada por **PAULO HENRIQUE DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido aos 26/12/1981 em Divinópolis/MG, portador da C.I. MG 12.130.134 expedida pela SSP/MG e CPF 048.785.016-50, residente e domiciliado na Av. Rio Grande do Sul, nº 1.177, apto 1.401, Centro, CEP 35.500-025, Divinópolis/MG.

II – DA SAÍDA DE SÓCIO E CESSÃO DE QUOTAS

2.1. A sócia **DFX PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas, correspondentes a 99% (noventa e nove por cento) do capital social, da seguinte forma:

- **1%** (um por cento) do capital social total da sociedade, correspondentes a 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas, ao sócio **MARCELO TADEU POLIZELL SALOMÉ**. A presente alienação é realizada mediante instrumento particular, pelo qual as partes dão e recebem, entre si, plena, geral e irrestrita quitação, nada mais tendo a reclamar em razão desta cessão.
- **1%** (um por cento) do capital social total da sociedade, correspondentes a 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas, ao sócio ora admitido **DOUGLAS DE ANDRADE**, já devidamente qualificado neste instrumento. A presente alienação é realizada mediante instrumento

particular, pelo qual as partes dão e recebem, entre si, plena, geral e irrestrita quitação, nada mais tendo a reclamar em razão desta cessão.

• **97%** (noventa e sete por cento) do capital social total da sociedade, correspondentes a 242.500 (duzentas e quarenta e duas mil e quinhentas) quotas, à sócia ora admitida, **DXX S/A**, já devidamente qualificada neste instrumento. A presente alienação é realizada mediante instrumento particular, pelo qual as partes dão e recebem, entre si, plena, geral e irrestrita quitação, nada mais tendo a reclamar em razão desta cessão.

2.2. Fica assim alterado o *caput* da Cláusula Quinta do Contrato Social, que passará a vigorar sob a seguinte redação:

“**CLÁUSULA QUINTA** – O capital social é R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) divididos em 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas no valor nominal R\$1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda nacional corrente do país, distribuído da seguinte forma:”

SÓCIOS	QUOTAS	PERC. %	VALOR
DXX S/A	242.500	97,00%	R\$ 242.500,00
MARCELO TADEU POLIZELL	5.000	2,00%	R\$ 5.000,00
DOUGLAS DE ANDRADE	2.500	1,00%	R\$ 2.500,00
TOTAL	250.000	100,00%	R\$ 250.000,00

III – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. Em virtude das alterações acima realizadas, os sócios decidem por consolidar o contrato social da sociedade, que passará a seguir as condições e termos a seguir:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA LOC X GESTÃO DE IMÓVEIS LTDA

CNPJ 23.455.267/0001-79

NIRE 3522951128-6

DXX S/A, XX S/A, inscrita no CNPJ 58.545.417/0001-10, devidamente registrada na Junta Comercial sob o Nire de nº 31300170730, com sede na Rua Andaluzita, 131, 11º andar, sala 177, bairro Carmo, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-030, representada por **PAULO HENRIQUE DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido aos 26/12/1981 em Divinópolis/MG, portador da C.I. MG 12.130.134 expedida pela SSP/MG e CPF 048.785.016-50, residente e domiciliado na Av. Rio Grande do Sul, nº 1.177, apto 1.401, Centro, CEP 35.500-025, Divinópolis/MG;

MARCELO TADEU POLIZELL, brasileiro, economista, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em São Paulo/SP, portador da Carteira de Identidade nº 27249816-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF 249.593.548-60, residente e domiciliado na Av. Engenheiro Alberto de Zagottis nº 1199, apto 125, bairro Jardim Taquaral, CEP 04675-085, São Paulo/SP, e

DOUGLAS DE ANDRADE, brasileiro, gerente de tecnologia, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em Divinópolis/MG, portador da C.I. MG 17.044.819, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF 104.930.516-78, residente e domiciliado na Avenida Antônio Olímpio de Moraes 135, apto 601, Bairro São Sebastião, CEP 35.500-005, Divinópolis/MG

Únicos sócios da **LOC X GESTÃO DE IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ 23.455.267/0001-79, registrada na JUCESP sob o NIRE nº 3522951128-6, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Torre I, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06.460-040, Barueri/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Sociedade Empresária Limitada adota a denominação social de **LOC X GESTÃO DE IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ 23.455.267/0001-79 e NIRE nº 3522951128-6.

CLÁUSULA SEGUNDA – MATRIZ com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Torre I, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06.460-040, Barueri/SP.

FILIAL: Inscrita no CNPJ 23.455.267/0002-50, e NIRE 3190249352-9, estabelecida na rua Pernambuco, nº 488, sala 202, Centro, CEP 35.500-008, Divinópolis/MG

PARÁGRAFO ÚNICO: A Sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação dos sócios e alteração do Contrato Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto social da Matriz é a corretagem na compra e avaliação de imóveis, a intermediação na locação, gestão e administração de imóveis de terceiros, serviços de gerenciamento e regularização de propriedades e de matrículas imobiliárias, construção e reforma de móveis, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, consultoria e assessoria em logística de localização, serviços especializados para construção, serviços e projetos de engenharia, auditoria de receitas, de faturamento, de contratos e alterações societárias, serviços de preparação e digitação de documentos.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto social da Filial é a corretagem na compra e avaliação de imóveis, a intermediação na locação, gestão e administração de imóveis de terceiros, serviços de gerenciamento e regularização de propriedades e de matrículas imobiliárias, construção e reforma de móveis, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, consultoria e assessoria em logística de localização, serviços especializados para construção, serviços e projetos de engenharia, auditoria de receitas, de faturamento, de contratos e alterações societárias, serviços de preparação e digitação de documentos.

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade iniciou suas atividades em 19/08/2015 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – O capital social é R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) divididos em 250.000 (duzentas e cinquenta mil) quotas no valor nominal R\$1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda nacional corrente do país, distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	PERC. %	VALOR
DXX S/A	242.500	97,00%	R\$ 242.500,00
MARCELO TADEU POLIZELL	5.000	2,00%	R\$ 5.000,00
DOUGLAS DE ANDRADE	2.500	1,00%	R\$ 2.500,00
TOTAL	250.000	100,00%	R\$ 250.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002 a responsabilidade de cada sócio é limitada e restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto por vontade expressa dos sócios por escrito. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na cláusula seguinte.

CLÁUSULA SÉTIMA – As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, com prazo mínimo de trinta dias, e depois à sociedade no prazo adicional de dez dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada a igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, estranhos à sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A notificação deverá conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não exercido o direito de preferência pelos sócios ou pela sociedade, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo ou superior àquele indicado na notificação prevista no parágrafo anterior. O nome do novo

sócio deverá ser aprovado por no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) das quotas existentes.

CLÁUSULA OITAVA – A administração, o uso da denominação social e a representação da Sociedade em juízo ou fora dele é exercida pelo administrador não sócio **PAULO HENRIQUE DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido aos 26/12/1981 em Divinópolis/MG, portador da C.I. MG 12.130.134 expedida pela SSP/MG e CPF 048.785.016-50, residente e domiciliado na Av. Rio Grande do Sul, nº 1.177, apto 1.401, Centro, CEP 35.500-025, Divinópolis/MG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os administradores poderão ser eleitos no contrato social ou em ato separado. Os sócios poderão ainda, em qualquer momento, contratar administradores desvinculados do quadro societário, bastando, tão somente, que tal decisão seja deliberada e aprovada pelos sócios representantes de dois terços do capital social, caso este esteja integralizado, e, pela unanimidade dos sócios, se o capital não estiver integralizado, podendo o Administrador não socio ser eleito, nesses casos, em reunião própria ou no próprio contrato social. A opção de contratação de administrador não-sócio não revoga ou reduz as atribuições administrativas conferidas aos sócios por este contrato social, bem como as suas disposições.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A administração da sociedade será exercida individualmente ou conjuntamente pelo administrador eleito, que a representará ativa e passivamente e fará uso de sua denominação social. Os administradores poderão constituir procuradores em nome da sociedade para representa-la. Não obstante, será necessária a prévia e expressa aprovação pela maioria dos sócios, por escrito, para a realização dos seguintes atos:

- a. Contratação e substituição de auditores independentes e advogados;
- b. Firmar parceria, associação ou consórcio com terceiros;
- c. Alterar qualquer símbolo identificador da sociedade, inclusive suas marcas;
- d. Adquirir, alienar ou onerar por qualquer forma, de bens imóveis, bem como ativos fixos, que exceda o valor em moeda nacional equivalente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- e. Contratar empréstimos e qualquer outra operação financeira similar que importe em endividamento com terceiros, inclusive instituições financeiras, ou a concessão de empréstimos de fundos da sociedade, ficando estabelecido, no entanto, que essas limitações não se aplicarão a concessão de créditos aos clientes da sociedade, desde que no decurso normal das atividades sociais ou no desconto de duplicatas oriundas de vendas da sociedade, e, ainda, não estando compreendidos nesta limitação os atos de mera rotina bancária, tais como, mas não estando limitado a, abertura, manutenção e movimentação de contas bancárias, dentre outros atos comuns às operações bancárias que não envolvam a contratação de empréstimos ou endividamento de qualquer natureza pela sociedade;
- f. Outorgar fiança, penhora ou outras garantias em favor de terceiros ou sócios;
- g. Comprar e vender participações em outras sociedades, negócios ou empreendimentos de qualquer natureza, civis ou comerciais, no país ou exterior;
- h. Realizar contratos em nome da sociedade para fins diferentes do previsto em seu objeto social;
- i. Contratar campanhas publicitárias

- j. Declarar e pagar qualquer dividendo ou outra distribuição de dinheiro, bens ou outros ativos pela sociedade;
- k. Vender ativos da sociedade, sob qualquer pretexto, que não para fins ordinários de suas atividades empresárias;
- l. Renunciar ou alterar disposições de qualquer contrato que requeira aprovação dos sócios para ser firmado;
- m. Ajuizar ou realizar acordos pela sociedade em qualquer demanda, ação ou procedimento que não para os fins ordinários de suas atividades empresariais;
- n. Alterar os procedimentos e práticas contábeis e fiscais da sociedade;
- o. Qualquer decisão em relação a acordos ou oposição a acordos propostos em razão de auditoria fiscal da sociedade;
- p. Realizar contratos entre a sociedade e seus sócios ou partes relacionadas;
- q. Contratar funcionários ou prestadores de serviços terceirizados com remuneração mensal superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PARÁGRAFO TERCEIRO – É expressamente vedado ao administrador da sociedade o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como a prática de atos gratuitos ou de mero favor tais como fianças, avais e estipulações em favor de terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – A administração da Sociedade engloba a sua representação judicial ou extrajudicial, bem como perante instituições financeiras e bancárias, fornecedores e clientes em geral, autarquias e demais repartições públicas federais, municipais e estaduais, enfim, em todas as relações junto a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Assumirá a responsabilidade técnica para os efeitos legais o administrador **PAULO HENRIQUE DA SILVA**. Em caso de falecimento ou desligamento do responsável técnico, os sócios ficam obrigados a apresentar junto ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – CRECI/SP e ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Minas Gerais - CRECI/MG, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do falecimento ou desligamento, novo responsável técnico.

CLÁUSULA NONA – A título de pró-labore e a débito da conta “despesas administrativas” ou equivalente, os sócios-administradores poderão fixar uma retirada mensal, sendo que sua forma e valor pecuniário deverão ser deliberados em reunião de sócios própria e exclusiva. A remuneração do administrador não sócios também deverá ser objeto de deliberação pelos sócios na reunião a que se refere esta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA – O exercício social da Sociedade é anual, coincidindo com o ano civil. Ao término do exercício social, em 31 de dezembro, deverão os administradores prestar contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os resultados apurados serão submetidos à reunião de sócios, que poderão determinar a distribuição de eventuais lucros aos sócios, na proporção de suas respectivas quotas, ou a sua transferência para reservas destinada a posterior aumento de capital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os sócios poderão, ainda, deliberar sobre o levantamento de balanços intermediários para fins de distribuição de resultados em períodos distintos do exercício social.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Desde que haja consentimento de todos os sócios ou previsão expressa em acordo de quotistas, os lucros apurados, seja no exercício social ou nos balanços

intermediários, poderão ser distribuídos de forma desproporcional à participação de cada sócio no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A sociedade será liquidada pela vontade dos sócios ou nos casos previstos em lei. A morte, incapacidade, insolvência, exclusão, dissidência ou retirada de qualquer sócio não implicará em dissolução da sociedade, a menos que os sócios remanescentes e possíveis herdeiros e sucessores assim o deliberem.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não sendo possível ou inexistindo interesse dos herdeiros, sucessores ou dos sócios remanescentes em continuar a sociedade, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data do evento, verificada em balanço especialmente levantado. Os referidos valores deverão ser pagos em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir da data de sua efetiva liquidação, atualizadas monetariamente, consoante a legislação vigente na época do evento, acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não ocorrendo a continuidade, a sociedade será dissolvida, processando-se os trâmites de sua liquidação e nomeando-se um liquidante dentre os sócios ou terceiro, que será indicado por $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As deliberações que dizem respeito a Sociedade serão tomadas em reunião dos sócios, presidida e secretariada por sócios escolhido entre os presentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A reunião dos sócios ocorrerá, nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios. Qualquer um dos sócios/administradores poderá promover, de maneira isolada, a convocação de reunião extraordinária, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, visando à proteção dos interesses sociais da Sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Dispensa-se as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo segundo do artigo 1.072 do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social e em segunda com qualquer número.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas reuniões, um sócio poderá ser representado por outro sócio, ou por procurador devidamente constituído para este fim específico. A representação a que se refere este parágrafo dependerá, necessariamente, de instrumento de mandato assinado pelo representado com firma reconhecida em cartório.

PARÁGRAFO QUINTO – Serão dispensadas as reuniões de sócios quando todos estes decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 1.072 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei e em acordo de quotistas:

- a. Aprovação das contas da administração;
- b. Designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c. Destituição dos administradores;
- d. Modo de remuneração dos administradores, quando não estabelecido no contrato;
- e. Modificação do contrato social;
- f. Incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g. Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

- h. Pedido de recuperação judicial;
- i. Contratação de empréstimos e tomada de crédito.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Sem prejuízo dos demais quóruns específicos estabelecidos neste contrato, as deliberações dos sócios serão tomadas observando os quóruns previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um sócio está pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-lo da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO – A deliberação para exclusão de sócio por justa causa, supramencionada, deverá ocorrer em reunião especialmente convocada para esta finalidade, com ciência prévia do acusado, observando o princípio constitucional da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A Sociedade será regida pelo presente Contrato Social, pelas disposições aplicáveis às sociedades limitadas constante no Código Civil, e, supletivamente, pelas normas que regem as sociedades anônimas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que deve, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

Barueri/SP, 27 de janeiro de 2025.

**DFX PARTICIPAÇÕES E
EMPREENHIMENTOS S/A**
CNPJ 40.562.574/0001-78
Sócia Retirante
Representada por
MARCOS VINICIUS SILVA
CPF 065.467.556-29

MARCELO TADEU POLIZELL
CPF nº 249.593.548-60
Sócio

PAULO HENRIQUE DA SILVA
Administrador Não Sócio
CPF 048.785.016-50

DXX/S/A
CNPJ 58.545.417/0001-10
Sócia Admitida
Representada por
PAULO HENRIQUE DA SILVA
CPF 048.785.016-50

DOUGLAS DE ANDRADE
CPF 104.930.516-78
Sócio Admitido

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 27/01/2025 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
<u>Atos Contitutivos e alterações.pdf</u>			
MARCOS VINICIUS SILVA	06546755629	29/01/25 15:18	AC CERTIFICA MINAS v5 / PDF-1.7
PAULO HENRIQUE DA SILVA	04878501650	29/01/25 15:19	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7
MARCELO TADEU POLIZELL	24959354860	30/01/25 20:38	AC SOLUTI Multipla v5 / PDF-1.7
DOUGLAS DE ANDRADE	10493051678	31/01/25 09:25	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPN2533611195

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPN2533611195** de Alteração de Capital e QSA da empresa **LOC X GESTAO DE IMOVEIS LTDA.**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Carla Fabiana da Silva**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 04/02/2025.

Carla Fabiana da Silva, CPF: 29352502817

Este documento foi assinado digitalmente por Carla Fabiana da Silva e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2533611195.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **LOC X GESTAO DE IMOVEIS LTDA de NIRE 35229511286**, protocolizado sob o número **SPN2533611195** em **04/02/2025**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1033904259**.

Assina o registro a Secretário(a)-Geral **Aloizio Epifanio Soares Junior**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 04/02/2025.

Aloizio Epifanio Soares Junior, CPF: 40689779844

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080